

AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS EM AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Marcus Paulo de Resende Pereira¹
Raphael Magalhães Silva²
Luísa Lopes Duarte²
Paloma Eduarda Souza²
Thais Caroline Farias Teixeira Arruda²
Iasmin Fonseca Tolentino Mascarenhas²
Érika Talita Silva³
Walison Arthuso Vasconcellos⁴
Maria Inês Barreiros Senna⁵

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi identificar os processos de acompanhamento/orientação e de avaliação dos estudantes em programas/projetos de Extensão. Foi realizado estudo qualitativo exploratório dos registros do Sistema de Informação da Extensão (SIEX). Leitura exaustiva dos campos “plano de acompanhamento e orientação e processo de avaliação dos estudantes” seguida de categorização conforme princípios da avaliação formativa e da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU). Foram analisados 08 projetos/programas de Extensão ativos. O meio de orientação e acompanhamento mais citado foi o encontro regular com os estudantes, A autoavaliação foi observada em metade das atividades. Elaboração de relatórios, discussão de casos clínicos, seminários e grupos de discussão foram os instrumentos de avaliação mais citados. Não foi observada a avaliação por pares. Resultados indicam que o processo de avaliação dos estudantes é heterogêneo e que apresenta elementos condizentes com os princípios da avaliação formativa e das diretrizes da PNEU. Entretanto, revelou-se que a qualidade da proposta pedagógica das atividades de Extensão pode ser aprimorada.

Palavras chaves Extensão Universitária; Estudante; Formação acadêmica.

^{1*} Estudante de Odontologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: marcusresende51@gmail.com

²Estudante de Odontologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: raphaelmags02@gmail.com

³Técnica administrativa – TAE da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: erikatalita@yahoo.com.br

⁴Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: mariainessenna@gmail.com

⁵Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: vasconcelloswa@yahoo.com.br

ASSESSMENT FOR LEARNING IN UNIVERSITY EXTENSION ACTION: AN EXPLORATORY STUDY

ABSTRACT: The objective of this work was to identify the processes of follow-up/guidance and evaluation of students in Extension programs/projects. A qualitative exploratory study of the records of the Extension Information System (SIEX) was carried out. Exhaustive reading of the fields “follow-up and guidance plan and student

assessment process” followed by categorization according to the principles of formative assessment and the National Policy for University Extension (PNEU). Eight active Extension projects/programs were analyzed. The most cited means of guidance and monitoring was the regular meeting with students. Self-assessment was observed in half of the activities. Preparation of reports, discussion of clinical cases, seminars and discussion groups were the most cited assessment tools. Peer view was not observed. Results indicate that student assessment process is heterogeneous and presents elements consistent with the principles of formative assessment and the PNEU guidelines. However, it was revealed that the quality of the pedagogical proposal of the Extension activities can be improved.

Keywords: University Extension, Evaluation, Student, Academic Education.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as primeiras experiências com a extensão universitária surgiram entre os anos de 1911 e 1917, a partir de cursos e palestras (Nogueira, 2001). Porém o processo de institucionalização da extensão somente iniciou nos anos 1960, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961).

No ano de 1987, houve um importante marco para Extensão Universitária, a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), constituído como uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometido com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Segundo Gavira et al (2020), a interação das Instituições de Ensino Superior com a comunidade, por meio da Extensão Universitária, comumente pode incluir desde difusão do conhecimento, até o estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, envolvimento em debates públicos, transferência tecnologia, oferecimento de serviços de saúde, iniciativas artísticas e culturais, entre outros. Ainda segundo estes autores “essas ações representam o avanço da compreensão do papel do ensino superior na sociedade contemporânea e a necessidade de uma postura das IES mais responsiva às necessidades, problemas e demandas da sociedade” (Gavira *et. al*, 2020).

Conceitualmente a Extensão Universitária deve ser entendida como processo formativo, prospectivo e qualitativo e deve estar integrado à avaliação dos objetivos e metas do programa ou projeto, assim como à avaliação dos efeitos da participação do estudante sobre os problemas sociais. As ações devem desenvolver o componente formativo, quer na perspectiva técnico-profissional e na de formação política e cidadã. Para promover uma formação acadêmica de qualidade, as ações extensionistas devem apresentar uma proposta didático-pedagógica que explicita os objetivos da ação e as competências dos atores envolvidos e a metodologia de avaliação da participação do estudante conforme preconizado pela Política Nacional de Extensão Universitária -PNEU-(FORPROEX, 2012).

Assim, o objetivo desse estudo foi identificar as atividades de acompanhamento e orientação e as estratégias, instrumentos e critérios de avaliação da formação dos estudantes no âmbito dos programas e projetos de Extensão da FAO/UFMG.

REVISÃO DE LITERATURA

A Extensão Universitária é definida pela PNEU como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que sob o princípio constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa, extensão, que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPOEX, 2012). Esse conceito foi complementado com a publicação das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que estabelece que “é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, [...], e que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação” (BRASIL, 2018). Gavira et al (2020) muitas IES têm enfrentado desafios para operacionalizar essa exigência, especialmente porque essa integração não constitui ainda um tema desenvolvido no Brasil.

Diretrizes da Extensão Universitária:

A PNEU (2012) apresenta cinco diretrizes orientadoras para a criação e implementação de ações na Extensão Universitária; são elas: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Diretrizes Gerais para a Prática Extensionista

O QUE	POR QUE	COMO
1. Interação Dialógica	Para construir o conhecimento junto à sociedade, privilegiando os espaços de comunicação e troca de saberes acadêmicos e populares com o objetivo de enfrentar as questões sociais que assolam o país.	Criando espaços para o debate com organizações sociais, entidades de classe e a comunidade em geral quanto às soluções para os problemas que assolam a sociedade.
2. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	Para integrar os conhecimentos das diversas áreas do saber acadêmico e da prática profissional com vistas a enriquecer as vivências e os resultados dos projetos extensionistas.	Fomentando a participação de professores e estudantes de diversos cursos nos projetos e oportunizando o contato com profissionais do mercado e do terceiro setor.
3. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Para exercer o princípio da Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com vistas a alcançar uma maior unidade entre teoria e prática, oportunizando aos estudantes o contato com a realidade local.	Utilizando metodologias participativas para melhorar a apreensão de saberes e a aproximação com as comunidades, além de incorporar a pós-graduação em projetos de extensão, fortalecendo a produção acadêmica.
4. Impacto na Formação do Estudante	Possibilitar a ampliação do universo de referência e contato direto com as grandes questões contemporâneas. Permitir o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos. Reafirmar e materializar os compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira.	Designando um professor orientador. Estabelecendo objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos. Utilizando de metodologias de avaliação da participação do estudante.
5. Impacto e transformação social	Para propiciar o desenvolvimento social e regional. Para o aprimoramento das políticas públicas. Para contribuir com o processo de (re)construção da Nação.	Adotar ações que considerem a complexidade e diversidade da realidade social. Estabelecer ações que possam ser suficientes para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre o qual incide. Estabelecer ações que sejam efetivas na solução do problema.

Fonte: Adaptado de Silveira *et al*, 2017.

A PNEU sobre a diretriz Impacto na Formação do Estudante estabelece também que para a participação do estudante nas atividades de Extensão “imprimam qualidade à sua formação devem apresentar um projeto pedagógico que explicita três elementos essenciais: (i) a designação do professor orientador; (ii) os

objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (iii) *a metodologia de avaliação da participação do estudante*” (FORPROEX, 2012).

A participação em atividades extensionistas permite aos estudantes, segundo Coelho (2014), “ampliar seu engajamento social e desenvolver cidadania e qualificar-se profissionalmente, tendo, na interação com a sociedade, fonte de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades” (p.16). Entretanto, de acordo com o referido autor, a literatura científica sobre os impactos da extensão como qualificadora do ensino de graduação é escassa e como contribuição sistematizou os principais resultados de estudos selecionados que compararam estudantes com e sem participação em atividades extensionistas. As principais categorias para a avaliação de impactos de atividades extensionistas como instrumento de aprendizado universitário que emergiram dessa revisão foram: profissional, afetivo-comportamentais, cívicas e políticas e cognitivas (Coelho, 2014).

Reconhece-se, assim, que a Extensão Universitária apresenta alta potencialidade para promover a aprendizagem significativa porque insere os estudantes, de forma ativa na realidade e “intervir no real é o fim último da aprendizagem” (Furtado, 2015). Concordamos com Furtado (2015) quando afirma que a aprendizagem significativa passa pela avaliação formativa, pois “a avaliação no contexto de uma aprendizagem significativa ocorre no próprio processo de trabalho dos alunos, no dia-a-dia da sala de aula, no momento das discussões coletivas, da realização de tarefas em grupos ou individuais” (2015, p.8). A avaliação da aprendizagem se configura em um desafio ainda presente na prática da maior parte dos docentes e que se processa a partir de concepções diversas, das quais nem sempre os professores têm clareza dos seus fundamentos (Furtado, 2015). Assim, consideramos que a avaliação formativa é a concepção que deve orientar os processos de avaliação dos estudantes realizados nas atividades de Extensão Universitária tendo em vista que se baseia “nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; fundamenta-se em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender” (Furtado, 2015).

Considerando a relevância do tema do impacto educacional da atividade extensionista na formação acadêmica dos estudantes de graduação, nos cabe perguntar: Quais as concepções de avaliação da aprendizagem orientam a avaliação dos estudantes nos projetos/ programas de Extensão desenvolvidos na Faculdade de Odontologia da UFMG (FAO/UFMG)?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado um estudo qualitativo exploratório dos registros do Sistema de Informação da Extensão da UFMG (SIEX), sistema *on-line* (<https://sistemas.ufmg.br/siex/>) que permite o registro e a visualização, acompanhamento das ações e produções de extensão, bem como a construção de relatórios para a avaliação institucional. Esse sistema auxilia tanto no armazenamento de informações, quanto na gestão da Extensão Universitária. No registro do SIEX, são disponibilizados os campos referentes à apresentação e justificativa, objetivos gerais e específicos e metodologia do projeto/programa, a forma de avaliação da ação de extensão, a origem e a caracterização do público-alvo, se a atividade tem captação de fomento e articulação com política pública, plano de atividades, plano de acompanhamento e orientação e processo de avaliação dos estudantes, infra estrutura física necessária para o desenvolvimento das ações, se atividade tem vínculo com ensino e pesquisa, dimensionamento do público estimado, composição da equipe executora, parcerias, abrangência da atividade e as ações vinculadas e os resultados atingidos.

Foi selecionada uma amostra aleatória sorteada a partir de uma lista de 36 projetos e programas da FAO/UFMG ativos no SIEX em abril de 2021. Foi realizada extração dos dados em uma planilha e a diretriz interação dialógica foi medida pelo registro no campo “articulação com política pública” (sim/não). “Vínculo com ensino” (sim/não) e “vínculo com pesquisa” (sim/não) foram os campos usados para os registros referentes à diretriz indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão. Os campos “equipe executora” (apenas FAO/UFMG/ FAO/UFMG e outros) e “parcerias” (sim/não) foram usados para os registros associados à diretriz interdisciplinaridade e interprofissionalidade. A seguir, foi realizada extração e leitura exaustiva dos campos “plano de acompanhamento e orientação e processo de avaliação dos estudantes”, seguida de uma categorização preliminar considerando a diretriz impacto na formação do estudante e os princípios da avaliação formativa, ou seja, realizada de modo contínuo para orientar o processo de aprendizagem; mobilizando diferentes instrumentos de avaliação; realizada não apenas pelo professor, mas também pelos colegas da turma (avaliação colaborativa) e pelo próprio aluno (autoavaliação); avaliando não apenas o que foi apre(e)ndido em termos de conteúdo, mas também levando em conta outros aspectos

importantes para a formação, como o saber-fazer, o pensamento crítico-criativo, a participação-colaboração, a comunicação, dentre outro (Pimentel, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados os registros no SIEX de 08 projetos/programas de Extensão e metade deles desenvolvem ações de atenção à saúde bucal a grupos específicos da população. Verifica-se que seis projetos/programas registram articulação com as políticas públicas indicando a operacionalização da diretriz interação dialógica. Quanto à indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão, todos apresentam registros de vínculo com o ensino e a pesquisa. A interdisciplinaridade e interprofissionalidade foram observadas em metade dos registros dos projetos/programas analisados.

Verificou-se que o acompanhamento e orientação dos estudantes é realizado predominantemente por meio de encontros cuja finalidade é o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das tarefas propostas. Esses resultados parecem indicar que o processo de avaliação está organizado de forma a proporcionar *feedback* de imediato ou pouco tempo após a concretização da tarefa solicitada e que a frequência do *feedback* parece estar associada à natureza das tarefas que são solicitadas aos alunos (Fernandes & Fialho, 2012). Entretanto, não foi observado registro à distribuição de *feedback* pelos estudantes e nem de *feedbacks* por escrito.

Apenas dois projetos/programas fizeram referência que a avaliação dos estudantes é processual, reflexiva e participativa, ou seja, apresenta características da avaliação formativa. As práticas avaliativas para favorecerem a aprendizagem dos estudantes devem ser baseadas em reflexão, construção, criatividade, parceria, auto avaliação e autonomia (Pimentel, 2021). Além disso, apenas uma das atividades de Extensão analisadas indicou as dimensões para avaliação do seu impacto na formação do estudante. Esses achados revelam que as atividades de Extensão não anunciam a concepção de avaliação da aprendizagem adotada e quais são os impactos esperados. Esses requisitos se colocam como fundamentais para que a Extensão Universitária possa apresentar evidências de suas contribuições na qualificação do percurso formativo dos estudantes (Coelho, 2014).

Um dos princípios da avaliação formativa é a promoção da autoavaliação, ou seja, a avaliação da aprendizagem não deve ser realizada apenas pelos professores. Considera-se que é necessário que os professores criem/ampliem oportunidades para o aluno exercer a autocrítica, experimentar o processo de avaliar a si, seu processo de aprendizagem e suas competências favorecendo assim o desenvolvimento da sua autonomia (Pimentel, 2021). O processo de autoavaliação foi observado em metade (04) das atividades de Extensão analisadas. E o portfólio como um instrumento de auto avaliação da aprendizagem foi citado em apenas 01 projeto/programa. A adoção do portfólio reflexivo, individual ou por um grupo de estudantes, é considerado um método inovador, que permite avaliar e acompanhar o desenvolvimento de aprendizagem do aluno (Cotta & Costa, 2016). Favorece a reflexão sobre o processo de construção da sua aprendizagem, sobre o contexto no qual está inserido, sobre suas dúvidas, sentimentos e situações vividas nas relações interpessoais (Cotta & Costa, 2016). Entretanto, conforme nos alertam Cotta e Costa (2016), “ao mesmo tempo que a evidência científica ressalta o potencial do portfólio como método didático reestruturador do processo de ensino e aprendizagem, também aponta para a fragilidade do processo de avaliação dos estudantes e dos portfólios, evidenciando a necessidade de que se criem instrumentos de avaliação e autoavaliação confiáveis, transparentes e consensuados” (p.172). A autoavaliação também pode ser realizada por meio de conversas e do compartilhamento das autorias, pois de acordo com Pimentel (2021) “essas ações possibilitam a exposição e troca de conhecimentos, o que instiga o aluno a avaliar as próprias produções e competências em comparação com as dos colegas”. Considera-se que, tendo em vista sua contribuição para a aprendizagem, essa modalidade de avaliação seja incorporada em todas as atividades de Extensão.

Elaboração de relatórios, discussão de casos clínicos, seminários e grupos de discussão foram os instrumentos de avaliação mais citados. A adoção de diversos instrumentos de avaliação favorece o melhor acompanhamento do processo formativo do que o uso de apenas um tipo de atividade avaliativa. Então, é desejável que os projetos/programas de Extensão incorporem múltiplos instrumentos de avaliação de acordo com os seus objetivos de aprendizagem e que esses instrumentos possam também ser negociados com os estudantes participantes, de acordo com os princípios da avaliação formativa (Pimentel, 2021). A definição de critérios de avaliação e de rubricas possibilitam maior transparência às avaliações da aprendizagem (Pimentel, 2021). Verificou-se que os critérios de avaliação objetivos como cumprimento dos planos de atividades e qualidade dos produtos realizados foram os mais citados. Outros critérios de

avaliação encontrados foram o engajamento, a assiduidade, a iniciativa e a criatividade. O engajamento dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem deve ser valorizado e valorado, pois aprender/formar-se deve ser uma consequência do nível com que o aluno se engaja nesse processo (Pimentel, 2021). Entretanto, não foram encontrados registros de uso de rubricas dos critérios utilizados para avaliação dos estudantes nas atividades de Extensão analisadas.

A heteroavaliação permite melhorar as capacidades dos estudantes no domínio da formulação de juízos acerca do valor e do mérito de um dado objeto, colabora na regulação dos seus próprios processos de aprendizagem e melhora a sua motivação ajudando-os a concentrar-se nos processos de aprendizagem (Fernandes & Fialho, 2012). Assim, uma ausência sentida nos registros sobre avaliação dos estudantes na amostra estudada se refere à avaliação por pares. Observou-se, ainda, que, o público beneficiado da totalidade dos projetos/programas de Extensão analisados não se constitui em fonte de avaliação. Esse ponto merece uma reflexão no contexto da formação acadêmica de profissionais da Odontologia, onde o vínculo e a corresponsabilização com os usuários dos serviços são elementos estruturantes para a produção do cuidado em saúde. A dimensão relacional de estudantes, docentes e pacientes deve ser promovida para que não se corra o risco de reduzir o paciente a um objeto de ensino e não como um sujeito de direitos. Além disso, é desejável que o público-beneficiado dos projetos/programas de Extensão participe da avaliação da atividade de Extensão como preconizado pela diretriz interação dialógica (FORPROEX, 2012).

Por fim, observou-se também que a metodologia de avaliação usada não está explicitada em alguns registros analisados e que o detalhamento do processo de avaliação dos estudantes é uma lacuna para a totalidade das atividades de Extensão analisadas.

Esse estudo exploratório levantou vários pontos que precisam de maior reflexão e discussão quer seja na vertente dos processos de proposição, avaliação e aprovação de atividades de Extensão, indicando que os aspectos pedagógicos podem ser aprimorados tomando-se como referência a aprendizagem significativa, a avaliação formativa e a formação integral dos estudantes. Outra vertente está ligada aos limites encontrados no SIEX, em termos de número de caracteres disponíveis, que podem dificultar a descrição mais detalhada dos planos de acompanhamento e orientação e processo de avaliação dos estudantes. Esse estudo documental, apesar dos seus limites, em termos de tamanho da amostra estudada e da qualidade dos registros, também aponta para a necessidade de se continuar a investigar os processos didático-pedagógicos desenvolvidos nas atividades de Extensão da FAO/UFGM. Outros tipos de estudos e técnicas de coletas de dados podem ser usados para buscar apreender a prática pedagógica de cada atividade, de forma mais aprofundada, assim como, as percepções de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem sobre as contribuições da Extensão Universitária para a formação acadêmica dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo analisou, de forma inédita, os registros de uma amostra de projetos /programas de Extensão realizados pela FAO/UFGM, e os seus resultados indicam que o processo de avaliação para as aprendizagens dos estudantes é heterogêneo e que apresenta elementos condizentes com os princípios da avaliação formativa e das diretrizes da PNEU. Entretanto, revelou-se que a proposta pedagógica das atividades de Extensão pode ser aprimorada visando a aprendizagem significativa e a formação integral dos estudantes de graduação.

REFERÊNCIAS

- COELHO, Geraldo. O papel pedagógico da extensão universitária. *Revista Em Extensão*, p. 11–24, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/17915150/O_PAPEL_PEDAG%C3%93GICO_DA_EXTENS%C3%83O_UNIVERSIT%C3%81RIA>
- COTTA, Rosângela Minardi Mitre ; COSTA, Glauce Dias da. Instrumento de avaliação e autoavaliação do portfólio reflexivo: uma construção teórico-conceitual. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 20, n. 56, p. 171–183, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/mr335VVhsVRhSRbjmN6pJZM/?lang=pt>>.
- FERNANDES, Domingos; FIALHO, Nuno. Dez Anos De Práticas De Avaliação Das Aprendizagens No Ensino Superior: Uma Síntese Da Literatura (2000-2009). *Ensino Superior: Inovação e Qualidade na Docência*, p. 3693–3707, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/9000>>.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte- MG 2007. [s.l.]; [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus-AM Maio de 2012. [s.l.]; [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>.

FURTADO, Júlio. A aprendizagem significativa passa pela avaliação formativa. A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PASSA PELA AVALIAÇÃO FORMATIVA. [s. l.], 2015. Disponível em: <<http://juliofurtado.com.br/wp-content/uploads/2015/08/Texto-A-apz-significativa-passa-pela-avalia%C3%A7%C3%A3o-formativa.pdf>>.

GAVIRA, M. de O.; GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M.; Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 02, p. 395-415, jul. 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/aval/a/qRtNJVDH93BBqw6WDsN5TpM/?lang=pt>>

Mattos, F. F., Dalsecco A. B., Silva E.T. & Auad S. M. (2011). *Perfil das ações na Faculdade de Odontologia da UFMG. Belo Horizonte*. Arquivos em Odontologia 47, Supl.2: 08-11.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 (*) (**). [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). Construção conceitual da extensão Universitária na América Latina. Brasília: UNB, 2001. p. 57-72.

PIMENTEL, Mariano; CARVALHO, Felipe. Princípios da avaliação para aprendizagem na educação online. SBC Horizontes, set. 2021. ISSN 2175-9235. Disponível em: <<http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2021/09/avaliacao-online>>.

Proex - UFMG. Ufmg.br. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/proex/Siex/SIEX/Preenchimento-dos-formularios-Aba-Descricao>>.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO Manual SIEX. [s.l.: s.n.], 2012. Disponível em: https://ftp.medicina.ufmg.br/ped/Arquivos/2013/manual_siex_ufmg_13_08_2013.pdf

Silveira, A. L. M. da., Zambenedetti, G. W. & Ribeiro, V. G. (2017). Design na Extensão Universitária: Diretrizes para orientar as práticas Extensionistas. Revista de Extensão da UFMG, v. 5, n. 1, p.69-90, jan./jun. 2017.

Received on 11, 2021.

Accepted on 12, 2021.